

**COMPANHIA CARIOCA DE SECURITIZAÇÃO - RIO SECURITIZAÇÃO**  
CNPJ nº 22.983.283/0001-71

**Relatório da Administração – Exercício de 2015**

Senhores Acionistas: A Companhia Carioca de Securitização S/A – Rio Securitização (“Rio Securitização” ou “Companhia”), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. Rio Securitização é uma sociedade por ações controlada pelo Município do Rio de Janeiro, cuja constituição, em 30 de junho de 2015, foi autorizada pela Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012. A Companhia está vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda do Município do Rio de Janeiro e tem como objeto social a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não-tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão de valores mobiliários, tais como debêntures, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios. Desde sua constituição até o encerramento do exercício social de 2015, a Rio Securitização encontrava-se em fase pré-operacional, razão pela qual não possuía produtos ou serviços oferecidos ao mercado. No ano de 2016, a Companhia pretende realizar a emissão de debêntures com garantia adicional real, em 2 (duas) séries, lastreadas nos direitos creditórios creditórios adquiridos do Município do Rio de Janeiro, notadamente aqueles referentes ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, ambos inscritos em dívida ativa. Os valores da emissão estão em análise, bem como o cronograma de colocação junto ao mercado. Desta forma, a Rio Securitização anuncia seus resultados referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015. Os valores estão expressos em Reais e de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Estas demonstrações serão apresentadas com o propósito de serem incluídas no conjunto das informações requeridas no processo de registro da Companhia na CVM como emissor sob a categoria “B”, em atendimento aos dispositivos da instrução CVM nº 480/09. O Relatório da Administração é parte integrante das Demonstrações Financeiras e deve ser lido em conjunto com as respectivas Notas Explicativas. A Ernst & Young Auditores Independentes foi contratada pela Rio Securitização para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia de 31 de dezembro de 2015. Em atendimento à instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria não prestou, em 2015, serviços não relacionados à auditoria externa.

**Balanco Patrimonial**  
Em 31 de dezembro de 2015  
(Em milhares de reais)

	Notas	2015
Total do ativo		-
Passivo		
Circulante		
Contas a pagar	4	93
Patrimônio líquido		
Capital social subscrito	5a	1.000
Capital social a integralizar	5a	(1.000)
Prejuízos acumulados		(93)
Total do patrimônio líquido		(93)
Total do passivo e patrimônio líquido		-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado**  
Período de 30 de junho de 2015 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015  
(Em milhares de reais)

	Notas	2015
Despesas gerais e administrativas	4	(93)
Resultado operacional		(93)
Prejuízo do período		(93)
Média Ponderada de ações ordinárias no período		1.000
Resultado por ação – básico e diluído – Em R\$ mil		(0,09)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração do Resultado Abrangente**  
Período de 30 de junho de 2015 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015  
(Em milhares de reais)

	2015
Prejuízo do período	(93)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente período	(93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**  
Período de 30 de junho de 2015 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015  
(Em milhares de reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Aporte inicial de capital em 30 de junho de 2015	1.000	(1.000)	-	-
Prejuízo do período	-	-	(93)	(93)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.000	(1.000)	(93)	(93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**  
Período de 30 de junho de 2015 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015  
(Em milhares de reais)

	2015
Fluxo de caixa de atividades operacionais	
Prejuízo do período	(93)
Varição nos passivos operacionais	
Aumento no Contas a pagar	93
Caixa líquido aplicado nas pelas atividades operacionais	-
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	-
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstração dos Valores Adicionados**  
Período de 30 de junho de 2015 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015  
(Em milhares de reais)

	2015
Insumos adquiridos de terceiros	
Serviços de terceiros	(93)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(93)
Valor adicionado recebido em transferência	-
Valor adicionado total a distribuir	(93)
Distribuição do valor adicionado	
Prejuízo do período	(93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**  
Período de 30 de junho de 2015 (constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015  
(Em milhares de reais)

**1. Contexto Operacional:** A Companhia Carioca de Securitização S.A – Rio Securitização (“Rio Securitização” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações constituída de acordo com as leis brasileiras, tendo sido fundada em 30 de junho de 2015, sendo sua constituição aprovada mediante autorização legislativa constante da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012, tendo sua instituição através do Decreto Municipal nº 40.198, de 8 de junho de 2015 e está sob vinculação da Secretaria da Fazenda do Estado de Rio de Janeiro. A Companhia tem por objeto a aquisição de direitos creditórios de titularidade do Município do Rio de Janeiro, originários de créditos tributários e não tributários objetos de parcelamentos administrativos ou judiciais, e a estruturação e implementação de operações que envolvam a emissão e distribuição de valores mobiliários, de emissão pública ou privada, ou outra forma de obtenção de recursos junto ao mercado de capitais, lastreadas nos referidos direitos creditórios, tudo na forma da Lei Municipal nº 5.546, de 27 de dezembro de 2012. Desde a sua constituição até a data deste relatório, a Rio Securitização encontra-se em fase pré-operacional. Por essa razão, a Companhia ainda não definiu a data em que realizará a aquisição de direitos creditórios e nem a data para a emissão de valores mobiliários a serem utilizados como instrumento de captação. O exercício social coincidirá com o ano civil. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 31 de maio de 2016.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** a) Base de preparação – As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades por Ações e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), além dos pronunciamentos, das orientações e das interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). b) Julgamento e estimativas contábeis – As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis que, por sua vez, se basearam em fatores objetivos de acordo com o julgamento da Administração para determinação do valor justo a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos e a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estima-

tiva. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **c) Moeda e funcional e moeda de apresentação** – Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua (“a moeda funcional”). As informações trimestrais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **d) Continuidade** – A Administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio.

**3. Práticas Contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas para a contabilização das operações e a elaboração das demonstrações financeiras são: **a) Caixa e equivalentes de caixa** – Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras pós-fixadas resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de valor de mercado e sem vencimentos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais e, quando aplicável, ajustados aos valores de realização. **e) Passivo circulante** – São registrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data das informações trimestrais. **f) Imposto de renda e contribuição social** – O imposto de renda corrente é calculado com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R\$240 (duzentos e quarenta mil reais) no exercício. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do período, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação a períodos anteriores. O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, quando aplicável, na extensão em que for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para sua realização. **g) Ativos e passivos contingentes** – Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação corrente (legal ou construtiva), como resultado de um evento passado e que seja provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser mensurada. A despesa relacionada a qualquer provisão é apresentada no resultado do exercício, líquida de qualquer reembolso. O reconhecimento, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais ocorrem de acordo com os critérios descritos abaixo: **Contingências Ativas** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **Contingências Passivas** – são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração da Companhia, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados com perda remota não requerem provisão e divulgação. **h) Resultado por ação básico e diluído** – É calculado dividindo-se o resultado do exercício atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações do capital social integralizado na data das informações trimestrais. Em 31 de dezembro de 2015, não existiam instrumentos emitidos pela Companhia com potencial de diluição.

**4. Contas a pagar / Despesas gerais e administrativas:** Em 31 de dezembro de 2015, os saldos são compostos conforme abaixo:

	<u>31/12/2015</u>
Serviços prestados por terceiros (i)	78
Publicações	15
Total	<u>93</u>

(i) Em 31 de dezembro de 2015 a rubrica é composta basicamente por contas a pagar relativos a serviços de auditoria externa e de contabilidade.

**5. Patrimônio líquido:** **a) Capital social** – Em 31 de dezembro de 2015, o capital subscrito e não integralizado é de R\$ 1.000 (um milhão de reais), e está representado por 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. Conforme o Estatuto Social da Companhia o capital social poderá ser aumentado até o limite máximo de R\$ 10.000 (dez milhões de reais) mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão e colocação dos referidos valores mobiliários, observado o direito de preferência de todos os acionistas. É vedada a emissão de partes beneficiárias e de ações preferenciais. Cada ação ordinária confere direito a um voto nas assembleias gerais. **b) Reserva de lucros** – A reserva legal será constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social. **c) Dividendos** – O Conselho de Administração está autorizado a: (i) declarar dividendos intermediários à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral; e (ii) determinar o levantamento de balanços mensais, trimestrais ou semestrais e declarar dividendos intercalares com base nos lucros neles apurados, observadas as limitações legais. Caberá à Assembleia Geral, constituídas as reservas legais e as reservas estatutárias, se houver, deliberar sobre a destinação dos lucros, sendo, contudo, obrigatória a distribuição anual de dividendos obrigatórios correspondentes a 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), ressalvada a hipótese prevista no §4º desse mesmo artigo.

**6. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos:** No período de 30 de junho de 2015 (data da constituição) a 31 de dezembro de 2015, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos e não derivativos.

**7. Partes relacionadas:** **a) Controlador** – O acionista controlador da Companhia é o Município do Rio de Janeiro com 1.000 (um mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. **b) Administradores** – A gestão da Companhia é feita pelos membros da Diretoria e Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração terão remuneração que será fixada na assembleia geral na forma do Estatuto de legislação aplicável. Nenhum dos membros da Administração recebe qualquer benefício de curto ou de longo prazo ou remuneração baseada em ações. Os administradores da Companhia não receberam remuneração no período de 30 de junho de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

**8. Contingência:** A Administração da Companhia avalia as contingências existentes em função de processos judiciais movidos contra as empresas e constitui provisão, sempre que julgue necessário, para fazer face a

perdas prováveis decorrentes dos referidos processos. O julgamento da administração leva em consideração a opinião de seus advogados internos e externos com relação à expectativa de êxito em cada processo. Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não tem contabilizados ativos e passivos contingentes e não é parte em processos envolvendo questões fiscais, cíveis e trabalhistas.

**9. Eventos subsequentes:** A Companhia integralizou a totalidade de seu Capital Social em 14 de janeiro de 2016 no valor de R\$ 1.000 (um milhão de reais), representado por 1.000 (um mil) ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal. Em cumprimento ao disposto no artigo 80, inciso I, da Lei das S/A, em 20 de abril de 2016 foi realizada AGE que aprovou a admissão de um segundo acionista para a Rio Securitização, por meio da transferência de 1 (uma) ação de emissão da Companhia detida pelo Município do Rio de Janeiro para a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro S/A – CDURP. A AGE também aprovou (i) a abertura do capital da Companhia; (ii) a realização do pedido de registro como emissor sob a categoria B perante a Comissão de Valores Mobiliários, nos termos do art. 2º, II, §2º, II da Instrução CVM nº 480/09; e (iii) o limite da remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria para os exercícios sociais de 2015 e 2016 de até R\$ 1.024.060,70 (um milhão, vinte e quatro mil, sessenta reais e setenta centavos) e, para os membros do Conselho Fiscal, para período de sua eleição em 30 de junho de 2015 até a AGO da Companhia em 2016, de 10% (dez por cento) da remuneração que, em média, for atribuída a cada Diretor.

<u>Conselho de Administração</u>	<u>Diretoria</u>	<u>Contador</u>
<b>Marco Aurelio Santos Cardoso</b>	<b>Mamed Caki</b> – Diretor Presidente	<b>Renato Vieira Pita</b>
<b>Antonio Cesar Lins Cavalcanti</b>	<b>Rodrigo Fernandes Barbosa</b> –	CRC: 1SP-215.876/O “S” RJ
<b>Fernando dos Santos Dionísio</b>	Diretor Financeiro e Administrativo	CPF: 280.830.348-35
	<b>Carlo Carrion Fernandes</b> – Diretor de Relações com Investidores	

#### **Parecer do Conselho Fiscal**

Examinamos o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras Auditadas e a proposta de distribuição de dividendos do exercício social encerrado em 31/12/2015 da Companhia Carioca de Securitização S/A – Rio Securitização; ouvimos a Administração da Companhia a respeito destes documentos; manifestamos a seguinte opinião: o Relatório abrange os negócios e principais fatos administrativos do exercício social findo, as Demonstrações Financeiras apresentam a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2015 e a Proposta de Distribuição de Dividendos aos Acionistas está em conformidade com os estatutos sociais e a legislação vigente. Os Conselheiros recomendam a aprovação dos documentos pela Assembleia Geral.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2016.

**Angela de Arezzo Meireles** **André Gustavo Medeiros de Souza** **Carlos Maurício Borup de Bakker**

#### **Relatório dos Auditores Independentes**

Aos

Administradores e acionistas da  
Companhia Carioca de Securitização S.A. – Rio Securitização  
Rio de Janeiro – RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Carioca de Securitização S.A. – Rio Securitização (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 30 de junho de 2015 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Carioca de Securitização S.A. – Rio Securitização em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o período de 30 de junho de 2015 (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### **Outros assuntos**

##### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de 30 de junho de 2015 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2015, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 2016.

**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC-2SP 015.199/O-6 - F – RJ

**Rodrigo De Paula**  
Contador  
CRC – 1SP 224.036/O-8